



LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Hospital Martagão Gesteira
Rua José Duarte, 114 – Tororó - SSA/Ba. CEP. 40.050-050
CNPJ: 15.170.723/0001-06



RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, apresenta o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, em cumprimento ao que determina o seu Estatuto Social. Salvador-Ba, 23 de junho de 2023.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores em milhares de reais)				A DIRETORIA			Demonstração do resultado			Demonstração dos fluxos de caixa			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
							(Valores em milhares de reais)			(Valores em milhares de reais)			
Ativo													
Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	3	58.723	61.785										
Contas a receber	4	33.305	13.144										
Créditos diversos	5	1.411	1.697										
Estoques	6	8.465	7.004										
Despesas antecipadas		11	128										
		101.915	83.758										
Não circulante													
Aplicações financeiras de longo prazo	3	12.492	11.460										
Depósitos e bloqueios judiciais	7	812	459										
Imobilizado	8	37.148	36.682										
Intangível	9	2.203	1.621										
		52.655	50.222										
Total do ativo		154.570	133.980										
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.aa											
		Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores em milhares de reais)											
		Patrimônio social											
		Fundo Patrimonial	Superávits acumulados	Superávit do exercício	Total								
Saldo em 31 de dezembro de 2020		24.495	4.256	-	28.751								
Superávit do exercício (nota 20b)		-	-	6.657	6.657								
Incorporação ao patrimônio social		-	-	(6.657)	-								
Incorporação ao fundo patrimonial		4.256	(4.256)	-	-								
Saldo em 31 de dezembro de 2021		28.751	6.657	-	35.408								
Superávit do exercício (nota 20b)		-	-	1.167	1.167								
Incorporação ao patrimônio social		-	-	(1.167)	-								
Incorporação ao fundo patrimonial		6.657	(6.657)	-	-								
Saldo em 31 de dezembro de 2022		35.408	1.167	-	36.575								
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.											
		Notas explicativas às demonstrações 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores em milhares de reais)											

Demonstração do resultado				Demonstração dos fluxos de caixa		
	Nota	2022	2021	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
				(Valores em milhares de reais)		
Receitas operacionais	22	204.157	207.514			
Receitas de serviços		6.059	17.336			
Doações		210.216	224.850			
Custo dos serviços prestados	23	(70.052)	(71.935)			
Pessoal		(57.082)	(55.831)			
Materiais e medicamentos		(43.222)	(58.250)			
Gerais		(6.057)	(6.126)			
Depreciação e amortização		(766)	(1.691)			
		(177.177)	(193.833)			
Superávit bruto		33.037	31.017			
Receitas (despesas) operacionais	24	(24.996)	(18.167)			
Despesa com pessoal		(1.234)	(1.146)			
Despesa com prestadores de serviço		(8.806)	(6.285)			
Gerais e administrativas		(1.354)	(369)			
Depreciação e amortização		(140)	702			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas24(a)		(36.530)	(25.265)			
		(3.493)	5.752			
(Deficit) superávit líquido		6.529	2.636			
Resultado financeiro	25	(1.869)	(1.731)			
Receitas financeiras		4.660	905			
Despesas financeiras		(1.167)	(6.657)			
Superávit antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.167	6.657			
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-			
Superávit do exercício		1.167	6.657			
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				
		Demonstração do resultado abrangente				
		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
		(Valores em milhares de reais)				
		Nota	2022	2021		
(+) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			1.167	6.657		
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			-	-		
(-) RESULTADO ABRANG. TOTAL DO EXERCÍCIO			1.167	6.657		
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

duvidosa são registradas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.9. Estoques - É composto de medicamentos e materiais hospitalares. Seus registros são efetuados na data do fato contábil pelo valor histórico. A apuração do custo se dá pelo critério de custo médio ponderado. **2.10. Imobilizado** - Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos de suas correspondentes depreciações acumuladas e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável. Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 1995. Está representado pelo valor de custo e deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear cujas taxas aplicadas variam de 5 a 25% a.a., e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira. **2.11. Intangível** - Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e deduzido da amortização. A amortização é calculada pelo método linear, cuja taxa aplicada é de 20% a.a., segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira; aquisição de carteira de clientes: não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **2.12. Fornecedores e outras contas a pagar** - As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Empréstimos e financiamentos** - São reconhecidos inicialmente a valor justo no recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em despesas financeiras, no resultado do período apropriado. **2.14. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.15. Contrato de Gestão** - Os resultados obtidos na gestão dos Contratos de Gestão são reclassificados da receita para o passivo circulante como uma obrigação de execução futura de modo a garantir o equilíbrio econômico do contrato durante o seu período de vigência. **2.16. Demais passivos** - Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **2.17. Apuração do resultado** - O sistema de resultado reconhece as receitas, os custos e as despesas apropriados de acordo com o regime de competência, adotando critérios adequados aos Princípios Contábeis; Estatuto Social, Lei nº 11.638/07, e Normas Fiscais e Tributárias. **2.18. Receitas do segmento de saúde e Contratos de Gestão** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Entidade. Conforme o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, a Entidade avalia o atendimento de determinados critérios estabelecidos nesse pronunciamento para avaliar se o reconhecimento da receita deve ocorrer em um momento específico ou ao longo do tempo quando a Entidade satisfizer às obrigações de performance. As unidades de negócio (HEC, HCl e CRETEA) que operam através de Contrato de Gestão, portanto não geram resultado para a Entidade. Dessa forma, o superávit ou déficit destes contratos são reclassificados temporariamente para contas do passivo ou ativo circulante respectivamente no grupo de contas de Contrato de Gestão. **2.19. Receitas de convênios** - São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. A medida que a Entidade incorre em custos e aplica em investimentos (aquisição de imobilizado, reformas etc.), os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, revisado pelo CPC 07 (R1), em 05/11/2010, a Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para reificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal. **2.20. Receitas de doações** - Correspondem a doações de materiais, medicamentos, bens e recursos monetários recebidas de pessoas físicas e jurídicas que são alocadas as receitas com doações, as quais são registradas quando do efetivo recebimento. **2.21. Despesas** - As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Despesas financeiras". **2.22. Tributação** - A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o presente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10). As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12, § 2º, Lei nº 9.718/98, artigo 10, § 3º e 18, IV): Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015): Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais; Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de

seus recursos e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil; Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes; Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público; Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica. **2.23. Demonstrações do fluxo de caixa** - A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (Récua NECT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Entidade apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento. **2.24. Adoção inicial das normas novas e revisadas e normas emitidas, mas ainda não vigentes**. Normas vigentes - A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022. A Empresa decidiu por não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e Referências à Estrutura conceitual. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Empresa. Normas emitidas, mas ainda não vigentes - Algumas normas de contabilidade estão sendo revisadas e alteradas para o IFRS, entretanto ainda não houve revisão das normas correlatas (pronunciamentos contábeis CPC) emitidas no Brasil. **3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias, de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituições financeiras de primeira linha. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Recursos sem restrição:		
Caixa e bancos conta movimento	363	3.060
Aplicações financeiras	54.250	55.541
	54.613	58.601

Recursos com restrição:

	2022	2021
Caixa e bancos conta movimento	1	12
Aplicações financeiras	4.109	3.172
	4.110	3.184
	58.723	61.785

Apesar desses recursos possuírem restrições, pois devem ser utilizados nos convênios e contratos mantidos com terceiros, por serem restrições gerenciais, os recursos foram classificados como equivalentes de caixa.

Aplicações financeira - não circulante

	2022	2021
Recursos com restrição:		
Aplicações financeiras - XP	12.492	11.460
	12.492	11.460

Os recursos aplicados em longo prazo são oriundos de provisões para passivos rescisórios e resultados de contratos encerrados, sem expectativa de utilização do recurso no curto prazo e tendo como política a concentração em títulos públicos e debêntures de grandes empresas, observando os limites do fundo garantidor de crédito. **4. Contas a receber** - São valores recebíveis ou recuperáveis que quando da sua realização irão compor os saldos de caixa e seus equivalentes. Os saldos desta conta estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Clientes/contratos		
SESAB - Contrato de Gestão HEC	20.776	-
SESAB - Contrato de Gestão CRETEA	304	304
Extra Teto	430	190
SESAB - Leitos de Retaguarda	289	1.200
SESAB - Neuropediatria	157	182
SESAB - Cardiologia	956	562
SESAB - UTD/PAVD	1.101	1.002
SESAB - Leitos de UTI Neonatal	517	1.296
SESAB - CIDOHTT	63	42
SESAB - Transplante TMO	-	54
SMS - Pré Fixado	3.408	2.394
SMS - Pós Fixado	4.001	5.078
Convênios Diversos	1.546	1.083
	33.548	13.387
(-) PECLD (a)	(243)	(243)
	33.305	13.144

(a) A administração avalia a capacidade de realização dos títulos em aberto e registra as perdas quando não há mais expectativa de realização. Os valores em aberto com período superior a 12 meses são constituídos provisões para perdas. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2022	Percentual	2021	Percentual
A vencer	22.744	68%	7.112	53%
Vencidos de 1 a 30 dias	10.561	31%	5.804	43%
Vencidos de 31 a 60 dias	-	0%	106	1%
Vencidos de 61 a 90 dias	-	0%	15	0%
Vencidos de 91 a 120 dias	-	0%	6	0%
Vencidos de 121 a 180 dias	-	0%	34	0%
Vencidos de 181 a 360 dias	-	0%	67	1%
Vencidos a mais de 361 dias	243	1%	243	2%
	33.548	100%	13.387	100%

Movimentação da PECLD

	2022	2021
Saldos iniciais em 1º de janeiro	(243)	(1.354)
(+) Provisão (a)	-	(944)
(-) Liquidação (b)	-	2.055
Saldos finais em 31 de dezembro	(243)	(243)

(a) Reconhecimento de PECLD sobre faturamento do hospital de campanha de Itapua; (b) Liquidação das provisões constituídas sobre contratos de gestão encerrados. **5. Créditos diversos** - Correspondem aos valores antecipados para pagamento de férias, rescisões, fornecedores diversos, e impostos retidos indevidamente sobre recebimentos e aplicações financeiras.

1. Informações gerais - A Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil ("Entidade") é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, de utilidade pública e caráter beneficente, proprietária e mantenedora do Hospital Martagão Gesteira e de 5 (cinco) outras filiais: Novo Mundo, Instituto de Ensino da Saúde e Gestão (IESG), SOKIDS e LABCMI Gestão Hospitalar. Constituída em 17 de junho de 1923, sediada na Rua José Duarte, nº 114, Tororó, Cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo como objetivo a gestão de unidade de saúde própria ou de terceiros, a prevenção de enfermidades, a promoção e a assistência integral da saúde da mãe e da criança, mediante ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, ciência e cultura, no Hospital Martagão Gesteira e em outros locais, estabelecimentos ou unidades, próprios ou de terceiros. A Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil para cumprir com seus objetivos deverá: (a) Executar ações de prevenção de enfermidades e promoção da saúde da mãe e da criança no contexto familiar, nos âmbitos médico e social; (b) Prestar assistência médica e hospitalar integral à saúde da mãe e da criança, com acompanhamento multidisciplinar, extensivo aos doadores de órgãos, nos casos de transplantes; (c) Promover e participar efetivamente, com todos os meios ao seu alcance, de ações que visem à redução da mortalidade e morbidade materna e infantil; (d) Divulgar, mediante publicações próprias ou de terceiros, pela mídia em geral e por outros meios disponíveis, os ensinamentos de pediatria e puericultura, bem como as ações necessárias à preservação da saúde da criança no contexto familiar; (e) Atuar, junto aos Poderes Públicos, às entidades da sociedade civil e ao público em geral, visando à execução de medidas de proteção à saúde da criança e de combate à mortalidade e morbidade materna e infantil, inclusive mediante ações de mediação e assessoramento; (f) Atuar, junto aos Poderes Públicos, às entidades da sociedade civil e ao público em geral, a fim de obter doações, auxílios, subvenções e convênios, visando sempre à manutenção e ampliação das suas atividades, com melhoria dos recursos físicos e humanos, criação de novos serviços e modernização dos já existentes; (g) Fazer funcionar e administrar, em instalações próprias ou de terceiros, estabelecimentos ambulatoriais e hospitalares equipados para a prevenção e tratamento das enfermidades gestacionais e pediátricas, clínicas e cirúrgicas, para tratamento de defeitos e má-formações, congênitas ou adquiridas, bem como para prática e divulgação da puericultura; (h) Desenvolver ensino e pesquisa, atividades didáticas e científicas, inclusive mediante cursos, palestras, simpósios, conferências e instituição de bolsas de estudo, visando ao aperfeiçoamento, especialização e qualificação de profissionais de saúde que atuem no cuidado à mãe e à criança ou de profissionais de administração médica e hospitalar; (i) Celebrar convênios, consórcios e outros contratos com instituições públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, bem como estabelecer intercâmbio com entidades congêneres, inclusive para prestar e receber assessoria visando à expansão e melhoria do cuidado à mãe e à criança no âmbito familiar; (j) Promover e realizar ações comunitárias, artísticas, culturais ou esportivas, relacionadas a seus objetivos ou com a finalidade exclusiva de arrecadação de recursos para custeio e investimento em suas atividades-fim; (k) Desenvolver, licenciar, distribuir ou vender produtos, bem como prestar serviços de qualquer natureza (a exemplo de lavanderia, estacionamento, atividades de bar e restaurante), sempre com a finalidade exclusiva de arrecadação de recursos para custeio e investimento em suas atividades-fim; (l) Preservar a história, a memória e a missão dos seus fundadores. A Entidade, por meio do Hospital Martagão Gesteira, prestou 100% do seu atendimento assistencial aos usuários do Sistema Único de Saúde ("SUS"). Em 11 de março de 2021, em face da emergência epidemiológica do aumento dos números de casos de Covid-19, a Entidade firmou com a Prefeitura Municipal de Salvador, através da SMS - Secretaria Municipal de Saúde, Contrato de Gestão Emergencial nº 126/2021 para



LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL
Hospital Martagão Gesteira - Rua José Duarte, 114 - Tororó - SSA/Ba. CEP. 40.050-050
CNPJ.: 15.170.723/0001-06



...continuação
socials cuja finalidade é o equilíbrio das operações do Hospital Martagão Gesteira.

Unidades Próprias

	SEDE/CSC	HMG	SOKIDS	CAPTAÇÃO	IESG	NOVO MUNDO	TOTAL
Receitas Hospitalares							
Contratos SUS	-	83.191	7.765	-	1.803	-	92.759
Saúde suplementar	-	83.191	-	-	-	-	83.191
Contratos de gestão	-	-	7.765	-	-	-	7.765
Ensinio e pesquisa	-	-	-	-	1.803	-	1.803
Doações	3.691	729	72	2	1	-	4.495
Doações sociais	1.244	668	72	-	-	-	1.984
Campañas sociais	2.447	61	-	2	1	-	2.511
Recursos operacionais	3.691	83.920	7.837	2	1.804	-	97.254
Custo operacionais	(1.749)	(71.888)	(4.199)	(34)	(813)	(401)	(79.084)
Pessoal	(572)	(30.866)	(1.207)	(34)	(330)	(148)	(33.157)
Prestadores de serviços	(668)	(17.034)	(2.302)	-	(468)	(189)	(20.661)
Materiais e medicamentos	(437)	(21.180)	(592)	-	(15)	-	(22.224)
Geraias	(72)	(2.808)	(98)	-	-	(64)	(3.042)
Despesas operacionais	3.612	(19.314)	(1.970)	(431)	(94)	(6)	(18.203)
Despesa com pessoal	(1.659)	(10.107)	(1.101)	(431)	1	-	(13.297)
Despesa com prestadores de serviço	(238)	(498)	(2)	-	(73)	-	(811)
Geraias e administrativas	(1.561)	(3.730)	(873)	-	(24)	(6)	(6.194)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.070	(4.979)	6	-	2	-	2.099
Custos e despesas operacionais	1.863	(91.202)	(6.169)	(465)	(907)	(407)	(97.287)
Resultado operacional	5.554	(7.282)	1.668	(463)	897	(407)	(33)
Resultado financeiro	1.339	(643)	264	-	232	8	1.200
Receita financeira	1.378	1.061	346	-	234	9	3.020
Despesas financeiras	(39)	(1.704)	(82)	-	(2)	(1)	(1.828)
Superávit do exercício	6.893	(7.925)	1.932	(463)	1.129	(399)	1.167

	2022	2021
OPME - Órtese e Prótese Médica	(3.895)	(3.277)
Laboratório/ banco de sangue	(1.455)	(930)
Nutrição	(1.288)	(1.260)
Gêneros alimentícios	(3.743)	(4.529)
Material de engenharia clínica	(2.067)	(1.194)
Material de higienização e limpeza	(1.775)	(1.501)
Outros materiais de consumo	(1.573)	(1.951)
Custo gerais e administrativos	(4.861)	(4.495)
Energia elétrica	(885)	(1.047)
Água e esgoto	(311)	(584)
Serviços gerais	(6.057)	(6.126)
Depreciação e Amortização	(766)	(1.691)
(177.179)	(193.833)	

	2022	2021
25. Resultado financeiro, líquido		
Receitas financeiras	6.465	2.538
Rendimentos financeiros	64	98
Juros, abatimentos e descontos	6.529	2.636
Despesas Financeiras	(1.739)	(1.441)
Juros sobre empréstimos	(104)	(111)
Tarifas bancárias	(26)	(179)
Outras despesas financeiras	(1.869)	(1.731)
4.660	905	

26. Mensuração do trabalho voluntário - Os serviços de voluntariado são prestados pela sociedade civil, de forma não remunerada, essenciais para apoio e operação da Entidade. Os voluntários colaboram com o bazar, organizam stands e ações, arrecadam doações e viabilizam a execução dos maiores eventos e campanhas que a Entidade realiza no seu calendário anual, como o Mc Dia Feliz e a Corrida Colorida. Assim, legitimam a importância e o papel da Entidade na comunidade. São considerados também como serviços voluntários as horas disponibilizadas por membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Estatutária. Os registros dos montantes foram contabilizados nas rubricas de serviço voluntário (receita e despesa), no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", e não altera o superávit do exercício. O parâmetro utilizado para valorar as horas trabalhadas dos voluntários é o salário-mínimo e para membros dos Conselhos e Diretoria Estatutária é o valor de mercado.

	2022	2021
Serviços voluntários		
Sociedade civil (a)	62	2
Conselheiros e diretores	436	441
498	443	

	2022	2021					
27. Renúncia Fiscal - Representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da imunidade a que fazem jus às entidades filantrópicas. Em 31 de dezembro de 2022, considerando o faturamento da Entidade, bem como o valor da sua folha de pagamento a empregados, registrados pelo regime de competência, os valores da renúncia fiscal usufruída somam um total de R\$46.013 (em 2021 - R\$43.290), conforme demonstrado a seguir:							
Descrição do tributo	Base do tributo	Valores 2022	Valores 2021	Alíquota	Valores 2022	Valores 2021	
ISS s/ faturamento	Receita	221.538	206.404	2,00%	4.431	4.128	
COFINS s/ faturamento	Receita	221.538	206.404	3,00%	6.646	6.192	
PIS s/ faturamento	Receita	221.538	206.404	0,65%	1.440	1.342	
CSLL s/ lucro	Receita	221.538	206.404	1,08%	2.393	2.229	
IRPJ s/ lucro	Receita	221.538	206.404	1,20%	2.658	2.477	
PIS s/ folha	Remuneração	folha	95.196	90.102	1,00%	952	901
INSS s/ folha	Remuneração	folha	95.196	90.102	28,88%	27.493	26.021
46.013		43.290					

28. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros registrados contabilmente possuem valores de mercado que não diferem de forma significativa dos valores contabilizados, considerando-se a taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos compatíveis.

O resultado do exercício da Entidade é composto exclusivamente por suas unidades próprias. O Hospital Martagão Gesteira é o principal expoente das operações da Liga e oferta atendimento pediátrico gratuito, sendo 100% da sua assistência pelo SUS. Por esta particularidade, o Hospital Martagão Gesteira apresenta desequilíbrio econômico-financeiro operacional com um resultado deficitário. Com o apoio da causa atendida pelo Martagão Gesteira, a gestão faz um trabalho de mobilização social que resulta na captação de recursos através da Sede e das demais unidades de negócio próprias que são revertidos para manutenção da atividade operacional do Martagão.

	2022	2021
Unidades próprias		
SEDE/CSC	6.893	5.302
HMG	(7.925)	1.411
SOKIDS	1.932	(56)
CAPTAÇÃO	(463)	-
IESG	1.129	-
NOVO MUNDO	(399)	-
1.167	6.657	

22. Receitas operacionais - As receitas operacionais correspondem àquelas oriundas da atividade principal da Entidade, referentes aos serviços de saúde prestados à sociedade, sendo estes classificados como contratos quando se referem aos contratos firmados com a Secretaria Estadual de Saúde (SESAB) e junto a Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Os serviços de Saúde Suplementar são prestados diretamente a particulares ou por meio de contratos firmados com diversos Planos de Saúde na Unidade SOKIDS.

	2023	2023
Receitas de Atividades de Saúde		
Sistema Único de Saúde - POA	49.182	47.240
Sistema Único de Saúde - Contratos	35.912	38.362
Saúde suplementar	7.765	4.284
Contratos de gestão	109.495	117.628
Ensinio e pesquisa	1.803	-
204.157	207.514	

Receitas de Atividades Sociais

Doações	3.548	14.928
Campañas Sociais	2.511	2.408
6.059	17.336	
210.216	224.850	

Os resultados do Contrato de Gestão são revertidos ao final de cada período para o grupo de obrigações a executar no passivo ou direitos a recuperar no ativo. Desse modo, o resultado de cada exercício dos Contratos de Gestão será sempre nulo, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da execução com os valores repassados.

23. Custo dos serviços prestados

	2022	2021
Custo com Pessoal e Encargos		
Remunerações	(48.259)	(56.954)
Provisão de Férias e 13º Salário	(11.968)	(7.365)
Encargos Sociais (FGTS)	(7.065)	(6.768)
Benefícios Sociais (Alimentação e Transporte)	(473)	(495)
Bolsas de Estágios	(271)	(180)
Rescisões Trabalhistas	(2.016)	(173)
(70.052)	(71.935)	
Custo com serviços de terceiros		
Prestação de serviços médicos	(52.311)	(51.520)
Serviços laboratoriais	(1.648)	(1.514)
Serviço de lavanderia	(483)	(494)
Serviço de limpeza e higienização	(309)	(394)
Serviço de manutenção e eng. clínica	(1.212)	(639)
Assessoria e consultoria	(1.119)	(1.270)
(57.082)	(55.831)	
Custo com materiais e medicamentos		
Drogas e medicamentos	(14.481)	(27.321)
Material médico	(11.524)	(15.238)
Gases medicinais	(1.421)	(1.049)

Despesas gerais e administrativas

Material de expediente	(964)	(288)
Material de informática	(206)	(58)
Material de manutenção predial	(1.704)	(558)
Outros materiais de consumo	(311)	(1.014)
Impostos, taxas e contribuições	(175)	(328)
Sistemas e redes	(1.761)	(1.007)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(962)	(725)
Aluguéis de imóveis	(476)	(396)
Telefonia e internet	(277)	(243)
Combustíveis e lubrificantes	(283)	(274)
Publicidade e eventos	(317)	(278)
Manutenção e conservação	(621)	(678)
Viagens e traslados	(318)	(199)
Seguros diversos	(131)	(35)
Outras despesas administrativas	(300)	(224)
(8.806)	(6.285)	

Depreciação e amortização	(1.354)	(369)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(102)	(543)
Baixa líquida de ativos imobilizados	-	(944)
Provisões para PROCLD	(452)	(3.759)
Provisões de processos judiciais	(4.658)	(828)
Perdas diversas	4.295	4.360
Receita com subvenções/ convênios	1.537	1.220
Ressarcimento de despesas	-	1.569
Outras receitas operacionais	(76)	(373)
Outras despesas operacionais	(140)	702
(36.530)	(25.265)	

Conselho Fiscal
Bruno da Costa Rocha
Marco Césare Braga Pereira

Conselho de Administração
José Maurício Guimarães Martins - Presidente
Pedro Borges da Silva Teles - Vice-Presidente

Diretoria
Carlos Emanuel Rocha de Melo - Diretor Presidente - 2021-2022
Bráulio Xavier da Silva Pereira Neto - Diretor Presidente - 2022-2024

Contador
Denilson Monteiro Costa
CRC: BA-18.851/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil Salvador - BA
Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil ("LABCMI" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade,

e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Salvador, 01 de junho de 2023
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/O
Daniel de Araújo Peixoto
Contador CRC BA- 025348/O

BAHIA

Baleia se chocou contra veleiro, dizem tripulantes

NAUFRÁGIO EM ILHÉUS O veleiro que naufragou próximo a Ilhéus, no sul da Bahia, foi atingido por uma baleia. Quem contou foi um dos tripulantes que chegou a Salvador, na manhã de ontem. As três vítimas resgatadas foram recebidas pela Marinha na Capitania dos Portos na capital

"A baleia deu um espetáculo, foi um pulo muito bonito, mas infelizmente colidiu com a gente. Não tinha sido o primeiro, mas foi esse que avariou o barco", disse o tripulante, em entrevista à TV Bahia. O veleiro em que eles estavam saiu do Rio de Janeiro e tinha como destino Alagoas. Eles acreditaram que não teriam grandes problemas e que conseguiriam chegar a Salvador, já que não entrou água no barco inicialmente. Apesar do susto, o grupo acionou a Capitania dos Portos para aguardar o resgate. "Estava muito preocupado com o agito do mar, tínhamos que administrar para ficar em uma condição melhor", afirmou outro tripulante. Quando o veleiro afundou, na manhã de



Vítimas chegaram a Salvador ontem e foram recebidas pela Marinha na Capitania dos Portos

quarta (21), os homens ficaram juntos, apoiados em uma prancha, à espera de resgate. De acordo com a Marinha, o naufrágio começou por volta das 7h e às 12h48 o resgate foi realizado por um navio mercante que desviou a rota para salvar os naufragos quando soube do acidente pela Marinha. "Nunca fiquei tão feliz em ver um navio vindo em nossa direção", disse um dos velejadores após o resgate.

Contenção de pedra à beira-mar desaba em Ondina; área é isolada

MUITA CHUVA O assoreamento provocado pela ação das fortes ondas do mar nos últimos dias, na capital, fez desabar um trecho de alvenaria de pedra à beira-mar, na orla de Ondina. Técnicos da Defesa Civil de Salvador (Codesal) realizaram vistoria ontem. Essas ocorrências têm sido comuns na orla de Salvador. "Desabamentos como este já ocorreram em outras localidades, como nas praias da Pituba, Amaralina, Penha,

Gamboia e Tubarão", lembra o diretor-geral da Defesa Civil, Sosthenes Macêdo. O problema está relacionado, provavelmente, às mudanças climáticas e alterações do nível do mar, como observado pelas engenheiras ambientais da Codesal, Nicoly Lima e Patrícia Cordeiro, que acompanharam a vistoria. A Secretaria de Manutenção (Seman) isolou a área afetada, e a Superintendência de Obras Públicas (Sucop) irá recuperar o trecho.

INCÊNDIO MATA ADOLESCENTE NA CAPITAL

BAIRRO DOS MARES Uma adolescente de 15 anos morreu no incêndio em um imóvel na Avenida Fernandes Cunha, no bairro dos Mares, em Salvador. De acordo com uma fonte do Corpo de Bombeiros ao portal gl, a vítima morreu no local. Ela não foi identificada. Os bombeiros foram até o

endereço solicitado para conter as chamas e, até as 20h20 de ontem, o fogo ainda não tinha sido controlado. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) também foi para o local e constatou o óbito. Uma perícia avaliará o que causou o incêndio no imóvel.